

Maçons querem presença maior na Constituinte

SANTOS, SP — O Grande Oriente do Brasil, uma das três facções da maçonaria brasileira, ao encerrar seu Congresso Maçônico Nacional domingo nesta cidade definiu critérios que farão, segundo esperam, com que o maçons tenham na Constituinte um número de representantes mais elevado do que os 68 de que dispõem no Congresso atual (63 na Câmara e cinco no Senado). Não importa de que partido o candidato seja, maçom só deverá votar em maçom para a Constituinte, em 1986.

Embora o Presidente José Sarney não integre pessoalmente os quadros da organização, a maçonaria tem uma influência importante junto ao Palácio do Planalto, que é o Deputado Sarney Filho, este sim dos quadros maçons, segundo o Grão-Mestre de Santa Catarina, Rubem Vitor da Silva. Quanto ao fato de terem tratado diretamente do trabalho a ser feito para as eleições do ano que vem — e especificamente a Constituinte —, isso não quer dizer que tenham abandonado as eleições municipais.

Exemplo de participação nas eleições municipais é o próprio Estado de Santa Catarina, do Grão-Mestre Rubem Silva. Lá eles apóiam em Florianópolis o candidato a Prefeito Francisco de Assis, que é maçom e é o candidato do Governador Esperidião Amin. Mas em Florianópolis mesmo há um outro candidato maçom no qual os quadros da organização também estão orientados para votar. Não importa qual dos dois importa que seja maçom.

O Grão-Mestre nacional do Grande Oriente do Brasil, Jair Assis Ribeiro, informou, no encerramento do Congresso, que o Presidente Sarney já tomou conhecimento, pessoalmente, em recente encontro reservado, do trabalho dos maçons para que participem em grande número da Constituinte. Mas os maçons não ficarão só nisso; também levarão ao Presidente propostas sobre inovações a serem introduzidas no texto constitucional.

Líderes definem pauta de votação

BRASÍLIA — Reunidos ontem, os Líderes do PMDB e do PDS na Câmara, Pimenta da Veiga e Prisco Viana, acertaram em princípio convocar suas respectivas bancadas para um esforço concentrado nos dias 19, 20 e 21 deste mês para darem prosseguimento às votações das emendas convocatórias da Constituinte e da reforma tributária. Conscientes, entretanto, das dificuldades que enfrentarão para a convocação dos Deputados e Senadores logo depois das eleições, do dia 15, quando estarão sendo divulgados os resultados do pleito, os dois Líderes fixaram, como segunda alternativa, os dias 26, 27 e 28 deste mês.

Na reunião, realizada a portas fechadas no gabinete do Líder do PMDB, eles chegaram à conclusão de que há absoluta necessidade de votar as duas matérias, antes do recesso parlamentar, a iniciar-se a 5 de dezembro. Entre as matérias pendentes, está a redução do prazo de filiação partidária de um ano para seis meses dos candidatos à Constituinte, a serem eleitos em 1986.